



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO  
PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA  
DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No trigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se, de forma semipresencial, a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência da vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Fez-se inicialmente a chamada nominal dos vereadores presentes. Em seguida, a presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Miguel Rodrigues contou ter tido, havia dois dias, uma péssima recepção na Unidade de Pronto Atendimento da Sacramenta, não sendo permitida sua entrada naquela unidade de saúde por um servidor municipal e por um funcionário de uma empresa terceirizada que fazia a segurança do local. Tentou ajudar uma senhora idosa que estava sentada em uma cadeira comum, recebendo oxigênio, e mal conseguia se sustentar. Comprou uma maca e pediu permissão ao secretário municipal de Saúde para adentrar com o equipamento na unidade e servir à senhora, mas não obteve resposta à solicitação. Pediu que o secretário, por respeito, respondesse às mensagens dos vereadores. Mencionou uma publicação do vereador Fernando Carneiro em suas redes sociais declarando que o governador Hélder Barbalho não deveria acabar com o *lockdown* no Pará. Discordou desse posicionamento reportando haver muitas pessoas desesperadas por não poder alimentar suas famílias. Se o *lockdown* não fosse encerrado, conjecturou, haveria saques, assaltos, crimes provocados pela situação terrível enfrentada pela população mais pobre. Josias Higino considerou prematuro criticar a atual gestão municipal, uma vez que esta sequer completou três meses. Desejou a cada secretário municipal um excelente desempenho de sua função, julgando que se foram escolhidos para o cargo que ocupam, têm competência para exercê-lo. Noticiou trabalhar em Belém com uma equipe na sanitização de templos, conseguindo sanitizar neste mês de março cento e vinte igrejas, preparando-as para os cultos, presenciais ou online. Denominou este projeto de "Prontos para servir". Reportou ter conversado com o vereador Allan Pombo, líder do governo nesta Casa, sobre o aparelho de raio-x da Unidade de Pronto Atendimento de Icoaraci, que apresentava problema, tendo este respondido que procuraria saber se o reparo já fora feito. Disse ter ido àquela unidade de saúde, sendo muito bem recebido pela diretora. Preparou então um documento e encaminhou-o à Sesma, tendo a certeza de que o caso logo seria resolvido. Explicou ser oposição à gestão de Edmilson Rodrigues, mas atuava no sentido de ajudar, de colaborar. Relatou ter participado, na última terça-feira, de uma reunião com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Funerário do Estado do Pará – SITEF-PA, pois fora decidido em assembleia paralisar as atividades funerárias no estado, uma vez que oito Coveiros já haviam morrido de Covid-19 e havia trinta e cinco contaminados no Pará. O protocolo federal de vacinação, atentou, estabelece prioridade na vacinação dessa categoria, mas não havia iniciativa nesse sentido. Pediu então ao presidente do sindicato que a paralisação não fosse deflagrada, pois era o último recurso a ser utilizado. Veio depois à CMB e comunicou o ocorrido ao presidente Zeca Pirão, que entrou imediatamente em contato com o presidente do sindicato e ligou também para o senhor Aldenor Monteiro, chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Belém – PMB. No sábado seguinte, continuou, começou a ser feita a vacinação dos trabalhadores da rede funerária. Agradeceu pela resposta rápida que permitiu a superação da situação. Findo este pronunciamento, o vereador Augusto Santos assumiu a presidência da Mesa e a vereadora Enfermeira Nazaré Lima subiu à tribuna. Expressou que desde a primeira onda da Covid-19 em nosso município esteve nas unidades municipais de saúde fiscalizando e acompanhando o que acontecia. Apontou não ser necessária prévia autorização para fazer essas fiscalizações nos órgãos públicos, pois se trata de uma atribuição dos vereadores, não sendo necessário enviar documento algum avisando que farão uma visita. Recordou ter sido impedida, no ano anterior, de permanecer na Unidade de Saúde da Cremação e verificar se ali havia equipamentos de proteção individual para os profissionais de saúde. Sendo também uma profissional da saúde, agregou, não poderia furtar-se a fazê-lo. Relembrou que anteriormente o vereador Fernando Carneiro fora impedido de visitar a ilha de Uruboca, mas as pessoas precisavam saber que esse é o trabalho dos vereadores. Reconheceu que alguns profissionais de saúde cometeram erros, mas todos são

humanos e erram uma vez ou outra e não se podia generalizar e tirar o mérito desses trabalhadores que estavam nas trincheiras, inclusive como voluntários, vacinando, tratando e cuidando. Recebiam, ademais, salários baixíssimos e isso deveria ser revisto, acrescentou. Em aparte, manifestou-se o vereador Fernando Carneiro. Posteriormente, o vereador Pablo Farah pediu, através de Questão de Ordem, que fosse feito, no momento apropriado, um minuto de silêncio em homenagem póstuma a cinco policiais civis vitimados pela Covid-19 somente nesta última semana em nossa capital – os senhores Mendes, Lourival Maués, Néelson, Henrique e Amadeu. O vereador Matheus Cavalcante pediu também a realização de um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao senhor Paulo Chaves, arquiteto e antigo secretário de Cultura do Pará. A vereadora Pastora Salete solicitou depois que fosse feito um minuto de silêncio em homenagem póstuma à sua prima, senhora Ana Passos, falecida nesta manhã, vitimada também pela Covid-19. Em seguida, a vereadora Enfermeira Nazaré Lima reassumiu a presidência da Mesa. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco PP – Podemos – Pros, Miguel Rodrigues afirmou que faria a fiscalização das atividades do Executivo Municipal, mas não atrapalharia com isso o trabalho de ninguém. Verificaria, por exemplo, se o paciente nas unidades municipais de saúde teria um prontuário médico. Fez notar que o Código de Defesa do Consumidor estabelece, em seu artigo 72, ser o prontuário um tipo de registro no qual os advogados baseiam-se para apontar se houve crime do servidor no atendimento. Adicionalmente, continuou, o Código de Ética Médica determina, em seu artigo 38, ser proibido ao médico negar o prontuário ou deixar de fornecer uma cópia deste ao paciente ou ao seu representante legal, o que ocorreu no caso da senhora que ajudara na UPA da Sacramenta. Solicitou novamente ao secretário de Saúde que, ao menos, respondesse às mensagens dos vereadores. Pela liderança do bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania – Avante, Matheus Cavalcante solidarizou-se aos vereadores Miguel Rodrigues, Enfermeira Nazaré Lima e Fernando Carneiro que tiveram seu direito de adentrar e fiscalizar as repartições públicas de nosso município desrespeitado. Quando isso ocorre a um vereador, ponderou, na verdade atinge todo o Poder Legislativo. A situação atual da pandemia é muito complicada, avaliou, configurando um quadro mais grave que na primeira onda porque anteriormente havia um auxílio financeiro à população mais vulnerável. Lamentavelmente, prosseguiu, a segunda onda é pior por vários motivos, inclusive por falta de planejamento, e as pessoas mais pobres passam muita necessidade. Para defender as pessoas do vírus, decretou-se o *lockdown*, para defender as pessoas da fome as atividades foram retomadas, mas para isso devemos ter uma retaguarda preparada, postulou. Defendeu que o secretário municipal de Saúde viesse a esta Casa prestar esclarecimentos sobre o combate à pandemia e que também fossem convocados os representantes dos planos de saúde. Não houve planejamento por parte da gestão municipal para enfrentar a segunda onda da Covid-19, acusou, consistindo isso uma falha, um erro. Pela liderança do Solidariedade, Igor Andrade declarou que vivemos o pior momento da pandemia, isso ocorre em todo o país e Belém não conseguiu fugir à regra do que vem acontecendo em outras capitais. A rede privada de saúde enfrenta atualmente um colapso, tendo que improvisar no atendimento aos pacientes, aditou. Lembrou ter protocolado um projeto de lei neste parlamento, na legislatura anterior, estabelecendo transparência na central de leitos, disponibilizando na *internet* a relação com os nomes e a posição de cada paciente no acesso ao leito. Infelizmente, estamos em um momento crítico, mas as pessoas estavam sendo atendidas nas unidades municipais de saúde da forma como era possível, observou, lembrando que na gestão anterior as UPAs estavam fechadas – havia o prédio, mas não havia médicos para atender. Atualmente, acrescentou, a PMB disponibilizou o HPSM do Guamá exclusivamente para o atendimento de pacientes com Covid-19, foram colocadas várias tendas de atendimento em várias unidades de saúde para facilitar o fluxo de atendimento, mas, infelizmente, não é possível dar conta, pois há uma demanda muito grande, que cresce a cada dia. O atendimento improvisado não ocorre por vontade do diretor da UPA, do secretário municipal de Saúde ou do prefeito, mas é a forma de atender as pessoas e não deixá-las fora da unidade de saúde como ocorria anteriormente, argumentou. Continuando a falar pela liderança do Governo, Igor Andrade disse entender a aflição dos vereadores em ajudar as pessoas conhecidas. Em aparte, manifestou-se o vereador Fernando Carneiro. Pela liderança do PSB, Fábio Souza expôs não ser necessário nenhum aviso para os vereadores poderem visitar as repartições públicas municipais. Era previsível, opinou, a ocorrência da segunda onda da Covid-19. Supôs que se o vereador avisasse antecipadamente que faria uma visita, tudo que houvesse de errado seria arrumado. Em aparte, manifestou-se o vereador Emerson Sampaio. Pela liderança do bloco Republicanos – PSD, Augusto Santos apelou ao governo estadual e ao governo municipal para que os dentistas também fossem vacinados prioritariamente. O Ministério da Saúde, cientificou, incluiu a categoria entre as prioritárias no Plano Nacional de Imunização, mas coube a cada governo estadual e municipal estabelecer se seria ou não incluída. Observou que, devido à natureza do trabalho odontológico, esses profissionais corriam grande risco de contaminação. Em seguida, pediu apoio aos demais parlamentares para que as atividades desempenhadas pelas igrejas fossem incluídas entre as essenciais. Esclareceu que as igrejas cedem muitas vezes seus espaços físicos para atendimento e vacinação de pessoas. Encerrado o Horário de Liderança, fez-se a chamada

nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feito então um minuto de silêncio em homenagem póstuma aos policiais civis Mendes, Lourival, Néison, Henrique e Amadeu, a pedido do vereador Pablo Farah, ao arquiteto Paulo Chaves, a pedido do vereador Matheus Cavalcante, a Ana Passos, a pedido da vereadora Pastora Salete, à professora Nazaré Gonçalves, ao músico Dalcídio Lélio Feio, a Valderi Oliveira da Costa e à enfermeira Eliane Lobato, a pedido da vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Findo este ato, fez-se a leitura do requerimento do vereador Roni Gás solicitando a realização de uma sessão especial no Bairro da Cabanagem para discutir os problemas que, há décadas, assolam aquela comunidade. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e cinco votos favoráveis. Justificou seu voto o vereador Êmerson Sampaio. Passou-se depois à leitura do requerimento do vereador Matheus Cavalcante solicitando a convocação do secretário municipal de Saúde para prestar esclarecimentos a este Poder, em data a ser combinada. Fizeram encaminhamentos os vereadores Matheus Cavalcante (com aparte do vereador Fábio Souza), Miguel Rodrigues (com apartes dos vereadores Lulu das Comunidades e Túlio Neves), Pablo Farah (com aparte do vereador Miguel Rodrigues), Josias Higino (com apartes dos vereadores Êmerson Sampaio e Matheus Cavalcante), Zeca Pirão (assumindo a presidência da Mesa durante este pronunciamento o vereador Bieco), Igor Andrade (com aparte do vereador Allan Pombo) e Amaury da APPD, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a chamada nominal dos parlamentares presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Estando suspensos os projetos relativos aos processos de números 833/15, 416/18, 1755/19 e 1709/18, o presidente encerrou a sessão às onze horas. Justificaram suas ausências os vereadores Fabrício Gama e Mauro Freitas. Estiveram presentes os vereadores: Matheus Cavalcante, Moa Moraes, Pastora Salete, Josias Higino e Zeca do Barreiro, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania – Avante; Êmerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Renan Normando, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Juá Belém, Augusto Santos e Dona Neves, pelo bloco Republicanos – PSD; Blenda Quaresma, Neném Albuquerque, John Wayne e Zeca Pirão, pelo MDB; Fernando Carneiro, Livia Duarte e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Bieco e Pablo Farah, pelo PL; Fábio Souza, pelo PSB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 30 de março de 2021.

  
Secretária

  
Presidente



2º Secretário